



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO  
CADERNO ESPAÇO FEMININO

# GÊNERO, PODERES E SEXUALIDADE NAS TRAMAS DA HISTÓRIA DA BAHIA (SÉCULO XX)

GENDER, POWERS AND SEXUALITY IN THE PLOT OF THE HISTORY  
OF BAHIA (20TH CENTURY)

GÉNERO, PODERES Y SEXUALIDAD EN LA TRAMA DE LA HISTORIA  
DE BAHÍA (SIGLO XX)

*Artur Vitor de Araújo Santana  
Maria Aparecida Prazeres Sanches*

## RESUMO

O artigo busca discutir as relações sexo-afetivas de homens e mulheres pobres, negros ou mestiços a partir da intersecção de gênero, raça, classe social e cor. A indissociabilidade entre essas categorias nos permitiu analisar as construções em torno das relações étnico-raciais presentes na Bahia do pós-abolição, possivelmente traduzidas sob a forma do preconceito de cor. O debate central do texto reflete sobre as práticas e representações das masculinidades no século XX, associadas as interpretações das feminilidades, atravessadas pelos condicionamentos históricos dessas produções sociais, principalmente, em ambientes culturais voltados para os homens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Sexualidade. Masculinidades e Relações Raciais.

## ABSTRACT

The article seeks to discuss the sexual-affective relationships of poor, black or mixed-race men and women based on the intersection of gender, race, social class and color. Reflecting on the inseparability between these categories allowed us to analyze the constructions surrounding ethnic-racial relations present in post-abolition Bahia, possibly translated in the form of color prejudice. The central debate of the text reflects on the practices and representations of masculinities in the 20th century, associated with interpretations of femininities, accounting for the historical conditioning of these social constructions, mainly in cultural environments aimed at men.

**KEYWORDS:** Gender. Sexuality. Masculinities and Race Relations.

## RESUMEN

El artículo busca discutir las relaciones afectivas sexuales de hombres y mujeres pobres, negros o mestizos a partir de la intersección de género, raza, clase social y color. La inseparabilidad entre estas categorías nos permitió analizar las construcciones en torno a las relaciones étnico-raciales presentes en la Bahía posterior a la abolición, posiblemente traducidas en forma de prejuicios de color. El debate central del texto reflexiona sobre las prácticas y representaciones de las masculinidades en el siglo XX, asociadas a interpretaciones de las feminidades, atravesadas por el condicionamiento histórico de estas producciones sociales, principalmente en ambientes culturales dirigidos a los hombres.

**PALABRAS CLAVE:** Género. Sexualidad. Masculinidades y Relaciones Raciales..

\* \* \*

## Introdução

A partir da década 1990, surgem os primeiros trabalhos na historiografia baiana preocupados em relacionar os debates raciais com as discussões de gênero. Essas pesquisas almejavam analisar as muitas hierarquias que foram submetidas a população negro-mestiça no pós-abolição. Porém, para estudar as minúcias presentes nas relações sociais baianas, o conceito de gênero se tornou fundamental. Pensar a indissociabilidade entre raça/classe/gênero permite analisar as construções em torno das relações etno-raciais que na Bahia foram traduzidas sob a forma do preconceito de cor. A sobreposição de duas hierarquias: *status* (cor, origem familiar) e classe (ordem econômica) marcam profundamente o universo das relações sexo-afetivas de mulheres e homens pobres, negros e mestiços. Cruzar gênero, raça e classe, nos permite entender os principais elementos sobre os quais estava assentado o aporte cultural da sociedade baiana como um todo. Assim como, possibilita compreender estratégias e práticas que os sujeitos constroem em suas lutas cotidianas (SANCHES,2017).

Vale lembrar a importante reflexão da Verena Stocler (1991) quando argumenta que,

A desigualdade de gênero na sociedade de classe resulta de uma tendência historicamente específica a ‘naturalizar’ ideologicamente desigualdades sócio-

econômica prevaletentes (...) Essa ‘naturalização’ é um subterfúgio ideológico destinado a conciliar o irreconciliável, ou seja, o difundido *ethos* (ilusão) de igualdade de oportunidade para todos os seres humanos, nascidos livres e iguais, com a existência real de desigualdades sócio-econômicas (STOCLER, 1991, p. 103).

A naturalização ideológica das desigualdades, desempenha um papel fundamental na reprodução da sociedade de classe fortemente hierarquizada pela raça e pelas hierarquias de gênero.

O pós-abolição foi marcado pelos preconceitos que ainda persistiriam, oriundos do mundo da escravidão, como as ideias de subalternidades, obediência e do “lugar social” que negros e mestiços deveriam ocupar na “nova” sociedade (SANCHES, 2010; BACELAR, 2001). Segundo Schwartz (1988), a constituição de uma sociedade escravista no Brasil não se deu apenas devido ao fato de sua força de trabalho ser predominantemente escrava, “mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e homens livres, aos princípios hierárquicos baseados na cor e na raça (...) e à deferência dos socialmente inferiores” (SCHWARTZ, 1988, p. 209).

Essas atitudes senhoriais permaneceram vigentes até os anos finais do século XIX. O fim da escravidão e a passagem para o regime de mão-de-obra livre, ocorreram após um longo período de adaptações, necessário para ajustar às novas relações de trabalho. Isto nos permite afirmar, com a exceção das distinções jurídicas, que as características sócio-culturais herdadas da escravidão continuaram em vigor. Especialmente, no que diz respeito aos princípios hierárquicos baseados na cor, marcando profundamente não só as relações de trabalho, mas os valores e as concepções de mundo da população brasileira como um todo e, especificamente, a baiana (SANCHES, 1998, pp. 21-24). Como demonstramos em trabalhos anteriores, ao discutir o cotidiano profissional dos trabalhadores(as) pobres e negros na Bahia, a subalternidade e a subserviência seriam cotidianamente lembradas nas relações que se desenvolviam no mundo do trabalho, mas não só ali, em todos os lugares, aos

negros, mestiços e pobres eram sempre lembrado(a)s as deferências devidas aos ditos “socialmente superiores”.

A partir dos anos 1930, a visão negativa em torno da participação dos negros na sociedade brasileira vai assumindo novos significados. Os primórdios da República foi marcada por um projeto de nação branca nos moldes europeus, com base em um discurso político e científico que se pautou no desejo de branqueamento da população brasileira. Mas, a partir dos anos 20 percebe-se uma mudança sobre os significados da mestiçagem, desde a percepção negativa de finais do século XIX e início do século XX, que a considerava como evidência da falência da nação, até um discurso que vai se positivando e seria sintetizado na obra de Gilberto Freyre (SANCHES, 2010). Segundo Schwarcz (1988), “comparado com o período anterior, quando miscigenação significava no máximo uma aposta no branqueamento” (SCHWARCZ, 1998, p. 177-178), neste novo contexto teríamos o início da valorização da mistura, sobretudo no campo da cultura. A mestiçagem ia sendo transformada em símbolo nacional, gestando-se assim o mito da democracia racial. Entretanto, o preconceito de “cor” ainda permanece vigente, contraditoriamente incorporando os mais claros e excluindo os mais retintos.

A adoção da mestiçagem para explicação social da sociedade baiana (e brasileira como um todo), também pode ser observada no ensaio *Fidalgos e vaqueiros* (1989), produzido na década de 1950. Eurico Alves constrói a tese que a região do interior da Bahia seria o autêntico ponto de origem da história do Brasil, centrado na “Civilização do Pastoreio”. O manuscrito, que foi publicado após a morte do escritor, elabora uma narrativa sociológica para a nação e os brasileiros na mesma vereda anteriormente apresentada por Freyre, mas insere a elite aristocrata baiana como protagonista do projeto de história nacional. Da mesma forma, Boaventura defende sua teoria racial, que categoriza a mestiçagem do sertão com uma forte presença indígena, mas sem tons mais escuros de pele, que segundo o escritor estariam concentrados

na região do Recôncavo e no Litoral. O debate racial euriquiano, assim como em Gilberto Freyre, apresenta um apaziguamento dos conflitos raciais, em diálogo com vários escritores da época e da análise de documentos judiciais. Esses materiais não são suficientes para sustentarem a proposta da grande ausência negra no interior da Bahia. Mesmo com a leitura e citação de Florestan Fernandes, que defende uma interpretação mais crítica a proposta freyriana, Eurico Alves endossa a harmonia das raças, tanto em sua família, quanto no Brasil (SANTANA, 2022).

Logo no começo do ensaio, Boaventura introduz sua compreensão da formação sociológica do brasileiro, que será desenvolvida com mais profundidade no decorrer do livro. No primeiro capítulo, ele inicia com o questionamento: “E por que se falar ainda em Brasil negro do Nordeste? Por quê? (3)” (BOAVENTURA, 1989, p. 16). Após a pergunta, há uma nota no fim do capítulo, representada pelo número três entre parênteses, que cita o livro *Brasil, terra dos contrastes*, de Roger Bastide. A referência, provavelmente, tem como objetivo afirmar que é uma ideia defendida pelo texto citado, que divide a região nordestina como um espaço territorial com a população mais negra que o restante do país. Como resposta, Eurico Alves diz que “o negro tarjou o país de norte a sul, embora lá no setentrião mais fracamente, como na planície amazônica” (BOAVENTURA, 1989, p. 16). Aparentemente, a estratégia discursiva utilizada pelo escritor busca reforçar a inexistência de um Brasil branco, mesmo em regiões onde a população tenha a cor de pele mais clara, como o Norte e Sul do país. Esse posicionamento está em consonância com as concepções de mestiçagem defendidas por Freyre, na tentativa de positivar o caráter “mestiço” que teria a população brasileira, a partir dos anos 1930.

No caso específico da Bahia, Boaventura afirma:

E o vaqueiro redimiou a miséria do índio. Se o canavial desconheceu o racismo, como recorda Monbeig (36), parindo nas suas senzalas mulatos em penca, filhos dos senhores brancos com as negras, o sertão pastoril estabilizou e segregou o índio, com os seus mestiços, com a cobertura da índia pelo vaqueiro branco,

depois, pelo fazendeiro fidalgo. Não por nojo à negra. Nunca. Apenas determinismo do ambiente. (BOAVENTURA, 1989, p. 24)

Na citação acima, podemos observar que o intelectual cita o livro *Brasil*, de Pierre Monbeig, para afirmar que não houve racismo nas fazendas canavieiras, uma referência a região litorânea que Eurico Alves toma como contraponto para os espaços interioranos da Bahia e do Brasil. Apesar da afirmação que não havia conflitos raciais, o escritor utiliza termos como “redimiu”, “estabilizou” e “cobertura” para se referir às mulheres indígenas, assim como coloca a mulher negra como “disponível” ao “senhor branco”, “parindo [...] mulatos em penca”, uma expressão que busca demonstrar a grande quantidade de relações sexuais, provavelmente não consensuais, entre os donos das fazendas e as sujeitas subordinadas aos desejos patriarcais, que tinha como fruto os “mulatos” presentes nas senzalas.

Na busca de estabelecer a sociedade mestiça, o ensaísta apresenta um vocabulário que reforça ainda mais as violências que atravessavam as relações entre os homens e as mulheres, assim como acentua categorias como raça, grupo social e território para compreender a formação nacional. Com as palavras “redimiu” e “estabilizou”, Boaventura provavelmente se referiu ao caráter incivilizado que era atribuído aos grupos originários. Dessa forma, o mestiço seria um sujeito tipicamente brasileiro, mas sem os elementos vistos como depreciativos que eram atribuídos aos indígenas. A última frase, “apenas determinismo do ambiente”, o autor busca atribuir uma pretensa naturalidade as relações entre o homem branco e as mulheres indígenas, por estarem em maior número no território, o que possibilitaria gerar os homens necessários para colonizar o sertão, mas também por compreender essas sujeitas como em um estado quase “natural”, em uma condição quase “primitiva” de evolução, o que colocaria os colonizadores em uma posição de salvadores dessas mulheres, deixando de lado as violências e conflitos para apresentar uma narrativa de harmonia entre as raças.

A consolidação do discurso em torno de uma pretensa Democracia Racial, como vimos em Freyre e Boaventura, colocou em novos termos o preconceito racial, ou seja, a capacidade da sociedade “absorver e integrar os mestiços e os negros varia na razão direta do grau com que a pessoa repudia sua ancestralidade africana” (GUIMARÃES, 1995, p. 57). Dessa forma, os debates em torno do embranquecimento e de um apaziguamento racial passam a ser frequentes em um “novo discurso racista” (GUIMARÃES, 1995, p. 57). O discurso racial, como afirmou Castro (1998), é sempre um discurso de classificação permeado de ambiguidades, principalmente na República, quando o discurso da mestiçagem é formulado de forma a positivar a presença negra na sociedade. Anteriormente, esses indivíduos eram vistos como deformadores e inviabilizadores das relações sociais. Na prática, mesmo com a mudança na forma como se olha as relações sociais, não se eliminou nem as hierarquias de cor, com base no conceito de raça, nem o desejo de construir uma nação branca, moderna e europeizada. O conceito de embranquecimento especifica e caracteriza o pensamento racial brasileiro. Segundo Guimarães (1999), o sangue branco

Purificava, diluía, e exterminaria o negro, abrindo assim a possibilidade para que os mestiços se elevassem ao estágio civilizado. A ideia de embranquecimento foi elaborada por um Orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi, antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instilados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX. (GUIMARÃES, 1999, p. 52-53)

Dessa forma, esse discurso iria colocar sobre novos termos o preconceito racial, assim como a capacidade da sociedade integrar a população negra e mestiça. Apesar da tentativa de inserir esses indivíduos, manteve-se um repúdio à ancestralidade africana, que atravessava as relações de subalternidade e o preconceito de cor ainda presentes na Bahia. Na prática, nos anos 1940, diante da reduzida industrialização baiana, não seria possível qualquer ascensão social. Isso se altera com a dinâmica econômica advinda

dos anos 1950 e 1960, que afetou as novas oportunidades de trabalho, pois permitiu alternativas de inserção social para a população negro-mestiça. Como nos fala Thales de Azevedo (1996), o esforço pessoal e o aprimoramento educacional associado aos novos postos de trabalho asseguravam novas vias de ascensão social, sem extinguir o preconceito racial (SANCHES, 2010).

As possibilidades ascensionais na Bahia pouco desenvolvida economicamente foi marcada por estratégias de casamento, namoro e associações sexo-afetivas. Escolher uma associação vantajosa, que significava homens capazes de sustentar os filhos, facilitava a educação dos mesmos e a ascensão social. Entretanto, as novas regras de namoro e uma dupla moral sexual criaram empecilhos difíceis de serem superados, principalmente para mulheres. Os crimes sexuais passam a ter um olhar diferenciado e minucioso em decorrência dos significados que o casamento assume para o projeto de nação brasileira, visto como elemento civilizatório. Como pressupunha os legisladores, um homem casado e provedor da sua família se tornaria um cidadão ordeiro e cumpridor das regras de trabalho. Em 1915, um ano antes da implantação do Código Civil Brasileiro, o médico baiano Samuel Dutra da Silva argumentava em sua tese de conclusão do curso de medicina, que o casamento,

Em toda sociedade civilizada, tem por fim a união do homem à mulher, conforme as leis estabelecidas, tendo como fim a ventura, e a prosperidade que devem resultar dessa união. O seu duplo fim social é a progenitura, e boa educação physica e moral dos filhos, para que venham a ser homens virtuosos, e cidadãos úteis à prole e à nação (SILVA, 1915, p. 04)

O jovem médico baiano estava atento aos debates jurídicos que acompanharam a escrita do Código Civil e aos ideais civilizatórios que ganhavam força na sociedade brasileira. A concepção de progresso defendida pelo intelectual estava perpassada pelo estabelecimento do casamento nuclear, monogâmico e heterossexual, o que justificava estar presente no centro dessa política. Devido suas implicações de ordem moral, casar reforçava a aura de respeitabilidade daqueles que o contraíam, pois garantiria

prosperidade moral e material. O sexo deveria se dar nos estreitos limites do casamento, por ser a forma como juridicamente as relações sexo-afetivas eram reconhecidas pelo Código. A mancebia era uma prática comum entre os grupos sociais pobres no século XIX e se manteve recorrente ao longo do século XX. Porém, dentro dos ideais de civilização, a manutenção dos amancebamentos era associada à promiscuidade, principalmente na República. Para o médico Angelo de Lima Godinho Santos (1909, p 11-12), o sexo antes do casamento desviava a “virgem que poderia ser uma mãe de família honesta, feliz e exemplar – fazem uma desgraçada, uma infeliz e muitas vezes uma criminosa”, associando de forma indelével o sexo fora do casamento a prostituição. Mas nesse discurso civilizatório e higiênico que estabeleciam novas regras para o comportamento sexual honesto, recaía, principalmente, sobre as mulheres. Aos homens, ainda que não recomendado, contradizia a castidade, atributo unicamente feminino, o que demonstra uma diferença no peso moral da virgindade para homens e mulheres. Para os cavalheiros a “progenitura,” era a palavra de ordem. Machos civilizados tornavam-se bons provedores da família, mulheres e filhos, contribuindo com o projeto de nação brasileira a geração de “homens virtuosos, e cidadãos úteis à prole e à nação”.

### **As novas sociabilidades urbanas: sexualidades, masculinidades e lazer**

O século XX viu florescer as cidades e as novas relações de sociabilidades, assim como formas de lazer que criavam tensões entre as velhas tradições e os novos divertimentos. Em 1917, com o sugestivo título “A vida Nocturna da cidade”, o jornal baiano *A Cidade* criticou os novos hábitos modernos.

Outrora, o provincianismo carranca da cidade não permitia que o cidadão passasse as noites fora da calma honesta e pacata de seu lar. De volta do trabalho fatigante, a leitura dos jornais e o gamão, o vispora e o sete-e-meio em família enchiam metade da noite burguesa do bahiano de então. Mas, os dias passam. Com o barulho ensurdecador das sirenes dos autos, o hábito de fazer vida “chic” impoz-se. E hoje é muito comum os rapazes, ricos e pobres, fazerem *la noce*, em

meio a brouhaba estonteante do cabaret, entre *chanteuses*, *danseuses* e figurinhas encantadoras de “*femmes du demi-monde*”. Os farristas já são uma verdadeira legião Luzido é o seu Estado Maior. (*A Cidade*, 1917, p. 1- 2)

Esse novo fenômeno foi observado em muitas cidades do Estado da Bahia em diferentes graus, mas sem dúvida Salvador foi o local que mais cedo viveu essas transformações, que atribuíram outros significados para além do tradicional caráter comercial, militar e administrativo. Novos hábitos de lazer como olhar vitrines, frequentar casas de chá, confeitarias, ir ao teatro, cinemas, frequentar festas em clubes, cruzar a cidade em bondes ou automóveis, passear em praças e jardins introduziram-se como hábitos comuns ao cotidiano da cidade que ganhava um novo significado: local de consumo e de lazer. Neste sentido, os “tempos modernos” pareciam criar uma grande contradição, se a cidade estava sendo preparada para receber a família (ARAÚJO, 1999), propiciando-lhe novas formas de convívio e de lazer, esta proporcionava encontros, convivências, gostos que feriam diretamente os padrões da família patriarcal e a conduta desejada para homens e mulheres (SANCHES, 2010).

A crítica principal realizada na reportagem incide sobre o comportamento dos homens, denominado de “cidadão”, dentro dos novos anseios do Estado republicano. Os novos hábitos faziam o homem moderno trocar a estadia no “lar” para viver à cidade, entregue as casas noturnas, com a companhia de prostitutas, denominadas de “figurinhas encantadoras” de “*femmes du demi-monde*”. Ao longo da reportagem o articulista associa os novos símbolos da modernidade aos desregramento mundanos:

(...) A vida noturna da cidade começa cedo, às 9 horas, quando a 2. Sessão dos cinemas entra a funcionar. As 11 horas, o Largo do Theatro enche-se de ‘noceurs’. Começa a romaria aos ‘clubs’. E enquanto nos ‘cabarets’ a onda humana se diverte (...). Há casas de jogo de todas as espécies. (*A Cidade*, 1917, p. 2)

Os novos símbolos de modernidade se misturam cabares e cinema a prostituição, alcool e jogos de azar. A crítica aos jogos de azar e os malefícios que produzia a sociedade não será tema somente do *A Cidade*. Muitos jornais

baianos da época, em particular o *Diário de Notícias*, fizeram campanha acirrada associando o jogo a uma doença que se alastrava e retirava do trabalho valoroso e honrado muitos homens, desviados pelo caminho da ociosidade (SOARES, 2019, p. 57). A presença de rapazes ricos e pobres surge como elemento preocupante já que o comportamento das elites deveriam inspirar bons comportamentos e não associar-se a práticas nocivas, invertendo valores caros a hierarquias baianas e brasileiras. O homem honrado é trabalhador, provedor de sua família e cumpridor das leis, imagem amplamente fortalecida ao longo da República, como foi afirmado por Bastos (2022), ao estudar processos-crimes que envolvem trabalhadores pobres da região de Feira de Santana, que acionaram esses referenciais de masculinidade para justificar/condenar suas ações violentas.

A política de controle social, cara ao Estado Republicano, associou características físicas, sexuais e morais a grupos específicos da sociedade. Os homens negros e pobres, assim como homens brancos e ricos frequentavam os cabarés, o que ia de encontro aos papéis que estes deveriam cumprir no âmbito das relações sociais e das famílias. Homens dados aos prazeres ilícitos, com prostitutas, ao jogo, aos bares e cabarés, não eram compatíveis ao papel de pais de família, homens provedores ou de esposos zelosos que deveriam resguardar mulher e filhos (SANCHES, 2010, p. 221). É preciso termos em mente que o álcool é pensado como elemento incompatível para os trabalhadores pobres, preferencialmente, e não para as elites dirigentes como um todo. Por outro lado, esses elementos eram tensionados de diferentes formas se compararmos os indivíduos pertencentes a grupos sociais diferentes, pelo fato dos símbolos de masculinidades serem associados a destreza e resistência ao consumo de álcool. Essa questão se acentua em regiões cuja produção econômica esteve associada à produção em larga escala, a exemplo das usinas de açúcar em regiões do recôncavo, também dedicadas à fabricação de aguardente da cana. Essas tensões sempre estiveram presente

nos “ritos” de masculinidade, quando o consumo da bebida alcoólica estava diretamente associado à transição dos meninos para a idade adulta.

No seu livro, Santana (2022) observa que a masculinidade sertaneja apresentada por Eurico Alves se pauta em três elementos: a bebida, o número de filhos e a montaria. No decorrer do livro *Fidalgos e vaqueiros* (1989) são descritas diversas sociabilidades nas quais a cachaça está presente. Na análise dos processos-crimes, Bastos (2022) chega a uma conclusão similar, o que nos possibilita questionar até que ponto o consumo de álcool era aceitável e quando se tornava um problema. No caso dos fidalgos-vaqueiros descritos por Boaventura, se tratam de aristocratas, que por esse motivo não tinha uma associação umbilical da relação entre trabalho e a construção da honra masculina, pois são em sua grande maioria funcionais liberais e intelectuais que possuem outra concepção de trabalho que não é a desenvolvida pelos grupos populares.

Cabe lembrar, que apesar de Eurico Alves ser um dos precursores do modernismo na literatura baiana, a partir da década de 1940, ele deixa de lado a escrita poética e passa a se dedicar às pesquisas sociológicas, assim como a escrita de crônicas e ensaios. A mudança no formato da escrita, estava relacionada com a tentativa de recuperar a memória da região do pastoreio, assim como resgatar o passado de sua própria família e de si. O fato de atribuir o papel central de sua narrativa ao fidalgo, que também exerce o ofício do vaqueiro, o ensaísta resgata um modelo de masculinidade, muito presente na história do Brasil: a figura do patriarca. Recuperar o aristocrata sertanejo como figura central para produção nacional, possivelmente está relacionada com a defesa de um modelo de homem a ser seguido, sem outras formas aceitáveis de pensar a masculinidade.

Um desses exemplos é quando Eurico Alves retoma a figura do patriarca para pensar o processo de povoação do interior do país:

Na fazenda de criar, a mais forte origem da nossa civilização. E o cadinho mais adequado para fixação da nossa gente, pela ausência de influência exótica, de

início. Não fossem as nossas fazendas de gado, largadas na amplidão do Nordeste, no côncavo das serras além do Jacuípe e do Itapicuru, para além do Paraguaçu e do Rio de Contas, e não teríamos este produto racial a que chegamos. O patriarca, senhor do solar, foi o fazedor de filhos com que contou a solitária Colônia. Filhos de todo jeito. Legítimos e ilegítimos. Mas, filhos, seus continuadores e auxiliares no povoamento da terra que se lhes oferecia como uma amorosa desconhecida. E lhe ficou a descendência multicolorida... (BOAVENTURA, 1989, p. 24-25)

Na citação acima, podemos observar que o homem defendido no livro euriquiiano se consolida pela quantidade de filhos, necessários para o processo de colonização. “Filhos de todo jeito”, reforça o ideal de “fazedor de filhos”, que vai ao encontro do ideal moderno de masculinidade, como apresentado anteriormente, que esperava-se ter descendentes apenas dentro do casamento. Dois outros elementos merecem nossa atenção. O primeiro é a personificação das terras da colônia a figura feminina, descrita como “solitária” e necessitada da figura masculina. Em outros momentos do ensaio, o intelectual descreve a penetração do vaqueiro nas terras “virgens” como o ato de um estupro, que rompe o hímen das paisagens intocadas, assim como marca os passos do desbravador com o sangue da donzela que foi violentada. Como afirma Santana (2022), a leitura de Boaventura do processo de colonização brasileira está atravessada por uma influência psicanalítica, como ele pode afirmar ao analisar os livros que compõem a biblioteca pessoal do ensaísta. O segundo elemento que merece destaque é a pretensa mestiçagem dos descendentes do patriarca, uma prole “multicolorida”, muito provavelmente, uma referência aos filhos com as mulheres indígenas e negras, uma forma de reforçar sua teoria racial da mestiçagem brasileira, mas sem uma tez de pele escura.

Na mesma linha de raciocínio, Eurico Alves afirma: “Terra quente, acre, sem moleza, mas ubérrima [...] O chão cru fez homens rijos e rígidos e retos. Nada de amolecimentos de alfombras. Antes verticalidades de sol” (BOAVENTURA, 1989, p. 110). Dessa forma, a própria condição da paisagem áspera e hostil da caatinga, teria produzido homens fortes, “rijos” e “retos”, capazes de domar o espaço, mesmo diante de suas dificuldades, além de

fundar a civilização do pastoreio. Podermos observar com essa passagem que o escritor buscava associar as condutas masculinas com a condição natural do sexo masculino, que se fez a imagem do território que habita. Em outro momento, o ensaísta diz: “Fez-se combativo, heril, vertical o homem do pastoreio com a faina da vida, que enrijece o físico e aprimora o moral. Alma telúrica a do sertanejo, que se fez através da alma da terra, que o traduz, que o explica. Completam-se ambos. Difícil uma disjunção sua” (BOAVENTURA, 1989, p. 180). Assim, analisamos que a compreensão de homem defendida por Boaventura está intimamente relacionada com a terra, “completam-se ambos”, que não apenas produz as características físicas do sujeito, como influência na rigidez moral que os fidalgos-vaqueiros teriam. Outro exemplo é a frase “Podia o homem matar. Jamais roubar” (BOAVENTURA, 1989, p. 220), que reforça o caráter dos indivíduos interioranos, que poderiam defender a si e sua honra, mas nunca se envolver em ações ilícitas. A leitura ausente de conflitos e romantizada da sociedade brasileira, estabelece um modelo idealizado de como deveriam se portar os homens sertanejos, principalmente pelo objetivo de escrever a história do Brasil desde o século XVI até o século XX, retomando a figura do patriarca como tipo masculino protagonista na construção da nação.

Devemos lembrar que Eurico Alves escreveu seu livro entre 1952 a 1958, assim como realizou alterações no manuscrito até por volta de 1962. Com isso, os anseios de masculinidade acionados pelo escritor em seu livro são resultados das demandas sociais e políticas do próprio ensaísta no momento da escrita do livro. Com isso, podemos afirmar que o modelo de homem defendido pelo escritor pode ser uma reação contrária às novas práticas sociais atribuídas às sociabilidades masculinas que ganhavam espaço nos grandes centros. Um posicionamento que se aproxima com as críticas estabelecidas pelos jornais que circulavam na capital do Estado, como observamos anteriormente no relato do periódico *A Cidade*.

## **Sexualidades possíveis**

Os debates sobre masculinidades têm ganhado força com o avanço das reflexões sobre gênero, em particular na Bahia. Desde os anos 1990, influenciado sobre os debates acerca das sexualidades, os homens surgem nos debates, em particular os negros-mestiços situados nos grupos marginalizados. Embasadas a partir da perspectiva de gênero, essas pesquisas buscaram refletir sobre o conceito na sua dimensão social, cultural e histórica. Nesses debates, a categoria “gênero” será pensada como uma construção social e política, que reflete hierarquias de poder associadas às relações entre homens e mulheres, assim como os atravessamentos dos homens entre si. Assim, ao falar de masculinidades estaremos a um só tempo falando sobre normas, condutas, padrões, comportamentos (positivos ou negativos) que costumamos identificar como masculino (HERSO-LANG, 2021; GROSSI, 2011).

As masculinidades se constroem como identidades precárias, que carecem de reforço e estarão sempre em processo de transformação. Neste trabalho a masculinidade será entendida como um sistema de representações coletivas, culturais e historicamente localizáveis. Os ambientes voltados exclusivamente para homens eram/são espaços que constroem a conduta normativa para esses indivíduos, pois reforça os códigos sociais presentes nas sociabilidades masculinas, pautadas na contínua vigilância mútua (WERSO-LANG, 2021).

Outro dado importante para refletirmos sobre a masculinidade está na forma em que ela se constitui a partir das relações patriarcais e machistas. Para Rosa Maria Barbosa de Araújo (1993, p.55), o machismo do homem brasileiro se expressa no sentimento de propriedade em relação à mulher, principalmente na importância atribuída à castidade pré-marital da companheira. Além desse conteúdo, as práticas machistas podem ser pensadas a partir de um culto à virilidade, que se expressa nas relações

interpessoais pela ideia de superioridade física e mental masculina. Também estariam presentes na excessiva agressividade do homem, traduzida em violências físicas ou verbais, assim como no autoritarismo e dominação em relação à mulher. Neste modelo a exaltação do arrojo, do ser ‘ativo’, a sobreposição ao outro é a tônica, e como afirmou Werzon-lang (2021) teríamos machos que não só são percebidos como superiores às mulheres, mas também superiores a outros machos.

As marcas do gênero (masculino/feminino) estão atravessadas por conflitos nos nossos corpos, principalmente, no processo de construção identitária. Essa categoria é pensada como referência “primária” para a elaboração das identidades, mas não são dedutíveis a partir de nossas características biológicas. O processo de compreensão dos gêneros é atravessado de forma interseccional pela classe, a raça, a cor e a geração, que se associam para moldar comportamentos e subjetividades. A partir desse entendimento surge a questão central deste artigo-ensaio: como compreender as múltiplas formas de vivenciar a masculinidade, principalmente dos homens negro-mestiços pobres, marcados pela subalternidade desde os tempos da escravidão e que se perpetua até tempos históricos posteriores?

As referências “primárias” para definir a masculinidade nas sociedades patriarcais são o papel ativo nas relações sexuais, a pouca manifestação afetiva entre homens, o grau de agressividade nas relações de gênero (principalmente simbólica, mas não raro também se manifesta fisicamente), o caráter público, pela distribuição hierárquica desigual de poder e prestígio social nas interações com o feminino, onde ocupa, geralmente, o polo dominante/privilegiado (FREITAS, 2002; GROSSI, 2004).

Em 1925, um caso de homicídio ganha as manchetes dos jornais baianos envolvendo o assassinato de Humberto Martins Manciola, por Guilherme da Silva Carneiro. Ambos eram conhecidos, mestiços e negociantes na cidade de Salvador. Guilherme era vendedor ambulante de frutas e carvão, Humberto negociava com carvão no atacado. Foi então na experiência do trabalho,

símbolo importante para a construção social da masculinidade, que ambos se fizeram amigos e Humberto passa a ter acesso a casa de Guilherme e acaba por “deflorar” a irmã deste. Para entender o embate entre esses dois homens, retomaremos a relação que Grossi (2004, p. 12) estabelece entre a honra masculina e a honra familiar e das mulheres. Segundo a autora, na nossa cultura, um homem honrado é aquele que tem sob seu teto mulheres de respeito, recatada, pura e do lar. É sobre a conduta das mulheres que residiria a honra masculina. A integridade masculina decorreria, portanto, tanto de manter suas mulheres sob controle quanto de manter o respeito de seus pares.

Ao deflorar a irmã de Guilherme e se recusar a casar com a mesma, o acerto de contas diz mais sobre a honra masculina que do defloramento em si, ainda que estejam intimamente ligados. Eles eram amigos, dessa forma, não caberia o desrespeito à confiança depositada nessa relação, materializada no defloramento e abandono de Raymunda, irmã deflorada. A honra da família foi ferida, pois Humberto “abusara da intimidade que tinha na casa”, usou seu livre acesso à casa materna de Guilherme para namorar e deflorar sua irmã, um desrespeito ao lar. Numa afronta final, Humberto declara ter dinheiro para comprar a virgindade perdida de Raymunda. Ambos eram homens pobres e mestiços em suas rotas ascensionais. A violência, resultada no desfecho de sangue, demonstra como os pobres incorporaram e partilharam dos padrões burgueses de honestidade e masculinidades, presentes nesse período. Outro fator que emerge da contenda diz respeito aos ideais de sexualidade masculina. Por ter uma condição financeira melhor que Guilherme, Humberto transmitiu a equivocada ideia que poderia comprar a virgindade da irmã ofendida?

O caso de Homicídio decorreu de um caso de defloramento, para jurista da época, a exemplo de Viveiro de Castro, “o respeito pela honra da mulher não é um sentimento innato ao homem e sim uma conquista da civilização, a vitória das ideias moraes sobre a brutalidade dos instintos” (1934,

p.11). Corroborando esta noção, Oscar de Macedo Soares afirma que Código de 1890, “preocupou-se da honra da mulher e garantio-a contra os assaltos do homem pela severidade da punição” (2004, p. 533). A afirmação de ambos reforça a ideia amplamente partilhada da sexualidade masculina como incontrollável, conduta da virilidade do macho potente e ativo. Nessa perspectiva, apenas a lei e a justiça poderiam estabelecer o controle para civilização dos hábitos, condutas moral e educacional, segundo os moldes identitários das elites. A sexualidade negra, tanto feminina quanto masculina, foi sempre descrita como irrefreáveis. Mas a hiper sexualização dos corpos negros, descritos como fáceis e dispostos ao sexo, teria sido incorporado pelos homens negros igualmente pelos homens brancos? A percepção de valores masculinos amparados na potência sexual associado a sexualização do corpo feminino negro levou Humberto a se achar no direito de deflorar e desdenhar da honra de Raymunda e, por extensão, de Guilherme? A insistência com que muitos veículos de comunicação construíram, pela crítica, uma imagem negativa da sexualidade negra e em particular a sexualidade negra feminina podem nos dar pistas sobre o entendimento desse caso.

O projeto civilizatório da sociedade baiana passava por uma intervenção nas famílias e nos indivíduos, no controle dos corpos, do sexo, da relação do casal, da vida íntima, da saúde e da higiene pessoal segundo as normas e exigências da sociedade burguesa. Se o alvo inicial no século XIX foram as famílias da elite, na República, o foco principal foram os pobres, cujos hábitos e práticas, a partir de então, eram duramente admoestados visando a sua modificação (COSTA, 1989). Associar o ato sexual a um instinto biológico ligado a uma “natureza” masculina irrefreável, “dominante”, “bruta” e “animal” criou precedentes justificáveis a violência masculina.

Ainda que o sexo seja descrito por médicos e legisladores como uma função universal comum a todos os homens, a vigilância e o controle sobre essas práticas torna-se fundamental. A partir dessa premissa, cabe à sociedade o estabelecimento das leis para a moderação, assumindo uma função educativa

importante para controlar os sentidos e desejos, acionando punições para aqueles que violavam as regras. Ainda que a sentença dos crimes sexuais adquiriu para a República um caráter pedagógico, uma forma de controle sobre a sexualidade, estabeleceu os limites daquilo que era considerado “normal”, o socialmente aceitável e todas as práticas classificadas como desviante. A lógica do texto penal, entretanto, baseava-se numa percepção desigual entre homens e mulheres, reforçando imagens descreviam as mulheres como frágeis, sexualmente apáticas e indefesas diante do desejo masculino. Os homens potentes, *viris* teriam como condição intrínseca à sua pretensa “natureza masculina”, o desejo somente controlável pela repressão social em prol dos bons costumes. Tais contradições impediram de fato que os crimes sexuais fossem punidos.

No imaginário da elite branca, ou que se considera branca, permanecia a ideia da disponibilidade sexual das negras e mulatas, cuja pretensa natureza e inferioridade racial tornavam-nas propensas aos excessos sexuais (SANCHES, 2008, p.108). Como descreveu o médico Defeurs,

os povos selvagens, taes como nas raças negras; e nos naturaes da America, os insulanos dos mares do sul, etc., que não têm por outro systema religioso a não ser o fetichismo e a lei natural, a castidade é menos apreciada e ainda menos respeitada. (s/d, p. 8)

Assim construiu-se com o amparo “científico” do discurso médico as justificativas que naturalizavam comportamentos sob o imperativo das raças. As mulheres negras e mestiças eram associadas a comportamentos sexuais desregrados, corpos disponíveis para os desejos sexuais dos homens.

Teriam sido essas associações que levaram Humberto a investir sobre Raymunda, a despeito de sua relação com Guilherme? A ideia de masculinidades irrefreáveis e *viris*, associado a disponibilidade do corpo feminino pobre e negro, criou conflitos impossíveis de serem superados, resultou em embates de vida e morte na cultura soteropolitana, durante a República. Ainda que partilhem de ideais hegemônicos, acerca de como a masculinidade deve ser vivenciada, as experiências culturais, raciais e de

classe impedem que os homens sejam encarados da mesma forma perante a lei quando um conflito se estabelece.

No folhetim *A Cigana* (1912), publicado pelo jornal *Gazeta de Notícias* entre outubro e novembro do mesmo ano, escreve a história do trágico relacionamento entre uma cigana andarilha e o negro André. Eles se conhecem durante as andanças da figura feminina pelas ruas da capital baiana. No texto a descrição de André é carregada de preconceitos. Descrito como “o crioulo André, o facadista [...] de cara muito feia escaveitada por força dos molares que crescia sobremodo e dos alvéolos que se mostravam sem os dentes” (*Gazeta de Notícias*, 1912, p. 3). André era o típico homem negro, pobre, trabalhador. O personagem central na trama foi caracterizado pela sua predileção: o gosto por mulheres brancas. Seu interesse pela cigana Júlia é imputado aos símbolos de branquitude apresentados por ela: “a tez morena, os cabelos lisos, os traços finos de exótica beleza”. Júlia conhece André numa fria e chuvosa manhã, ao redor de uma vendedora de mingau. Esta lhe lê a sorte que é descrita no texto do folhetim como:

Uma conclusão das observações da mulher consigo mesma: pelo que lhe succedia quotidianamente, nas ruas, ella compreendia de há muito que os homens negros cubiçam com todas as vicios do seu insticto sexual, as mulheres brancas. (*Gazeta de Notícias*, 1912, p. 3)

Toda tragédia é assim encenada, André irá matar a cigana Julia, por ciúme exacerbado pela mulher branca. Longe da arte imitar a vida, esta está construindo, ou melhor reproduzindo, uma percepção amplamente difundida pelas elites letradas de uma masculinidade bruta e sexualidade sem controle, focada no desejo sobre o corpo branca feminino.

O mesmo desejo é novamente retratado por Jorge Amado, escritor baiano no romance *Jubiabá*, de 1935. Nesse vamos conhecer Antonio Balduino, jovem trabalhador negro que se apaixona por Lindinalva, mulher branca. Apesar das suas muitas relações com mulheres negras, que ajudam o personagem ao longo da vida nas suas lutas, este se mantém fiel ao amor de infância

impossível. O despertar do desejo foi fruto da calúnia de uma empregada que o odiava e nas palavras do escritor: “daí por diante, dormisse com que mulher dormisse, era com Lindnalva que o ‘negro’ Antônio Balduino estava dormindo” (AMADO, 1935, p. 51-52).

Outro elemento comum as duas histórias ao descrever a sexualidade masculina, com foco nos trabalhadores negro-mestiços, é o hábito de “gracejar” com mulheres igualmente trabalhadoras nas ruas. Em muitos momentos vemos Baldo “bolir” com as mulatas. Nossa já conhecida Júlia era sempre assaltada por chamados do tipo “*Vem cá, teteia*”, “*vem ser feliz*”, “*me matas com estes teus olhos...*” proferidos por homens que lhe cruzavam o caminho em suas andanças pela cidade. A reação da cigana era sempre responder, rechaçando uns, aceitando outros, como quando conhece André, iniciando um namoro que a levaria à morte. Nesse jogo do “gracejo” que poderia levar, se aceito, a uma relação amorosa, fica claro as assimetrias nas relações entre homens e mulheres, socialmente legitimadas. Nesse sentido, se para os rapazes era permitido viver experiências amorosas e sexuais sem maiores problemas, para as moças, o limite entre aquilo que era considerado moralmente como um “comportamento honesto” e “desonesto” era tênue, pois o casamento era o objetivo final. Entretanto as diferenças raciais de classe relativizam o peso dessa regra.

Voltemos ao nosso folhetim *A Cigana*. Nele conhecemos o caso de Adelaide, que viveu por alguns meses amasiada com André. Esta contava sempre sua história, lamentando-se “que se tivesse muito cedo impurificado”, ao perder a virgindade com um primo, que segundo ela: “Prometera-lhe casamento” (*Gazeta de Notícias*, 1912). Ao ceder em fazer sexo com o namorado antes de casar, acabou abandonada. Ser desvirginada não impediu Adelaide de se amasiar com outros homens. Esta prática foi comum em relacionamentos das camadas populares desde o século XIX, que não podiam arcar com as altas despesas de uma casamento formal. Há um certo consenso na literatura que discute o comportamento sexual das mulheres pobres, em classificá-las como

“mais livres” se comparadas com sujeitas dos segmentos médios e altos, devido ao tempo decorrido de namoro para a primeira relação sexual (ESTEVES, 1990; CAULFIELD, 2000).

Ferreira Filho (2003) ao estudar as mulheres pobres baianas argumenta que a maior liberdade na vivência sexo-afetiva decorreria de uma maior autonomia econômica e de uma menor vigilância doméstica sobre as moças pobres. É certo que o comportamento das jovens desafiava as noções de honra e virgindade tradicionais correntes, mas, ao mesmo tempo, ao dar novos significados a essas mesmas noções, demonstram o quanto elas eram importantes na condução de suas vidas, principalmente sua importância como moeda de câmbio no casamento (SANCHES, 2010).

### **Considerações finais**

No decorrer desse artigo, observamos que a noção do homem de bem, bom trabalhador e honrado foram importantes qualificativos na construção da masculinidade negro-mestiça no pós-abolição. Um exemplo disso é o caso de Guilherme Ignacio de Sant’Anna, mestiço, 28 anos, alfaiate, condenado à prisão pelo defloramento de Maria Chrispiniana da Silva, 15 anos, preta, doméstica. O acusado foi posto em liberdade após cumprir um ano da pena, por recomendação do Diretor da Penitenciária, sob a justificativa de bom comportamento: foi “atencioso, respeitador, com capacidade de trabalhador bem apreciável no ofício já conhecido – o alfaiate. Muito extremoso para com os da sua família, com a qual conviveu sempre” (APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 22, Estante 198, Ano 1931). Nesse caso, assim como outros apresentados no texto, a noção de “homem de bem” está associada a todo o processo de posituação do trabalho no Brasil, iniciado na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico negreiro, até a criação do crime de vadiagem, atrelado à elaboração de uma nova ética do trabalho. Ser honrado torna-se fundamental aos processos ascensionais e ganha maior intensidade no pós-abolição, no contexto de transição para a ordem burguesa

(SANCHES 2010, p. 318). Portanto, podemos observar que havia uma série de intersecções que atravessavam o comportamento sexual de homens e mulheres pobres, que poderia garantir melhores condições no mercado sexo-afetivo, assim como acessar condições para garantia da cidadania plena.

## Referências

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A Vocação do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AZEVEDO, Thales de. *As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um Estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupos de Prestígios*. Salvador: EDUFBA: EGBA, 1996.

BACELAR, Jeferson. *A Hierarquia das Raças: Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BASTOS, Alessandro Cerqueira. *Trabalhadores honrados, agressores redimidos*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

CASTRO, Viveiro de. *Os Delitos Contra a Honra da Mulher*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1936.

DEFEUS, Luiz Gomes. *A Defloração e Violação das Donzellas*. Lisboa: Empresa Publicadora, s/d.

ESTEVES, Marta Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FERREIRA FILHO, Alberto H. *Quem Pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza, 1890-1940*. Salvador: CEB, 2003.

FREITAS, Marcel. *Do Amor grego à paixão nacional: masculinidade homoerotismo no futebol brasileiro*. Revista Digital, Buenos Aires, Año 8, Nº 55, Diciembre de 2002.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, N. 24, PPGASUFSC, Florianópolis, 1998.

GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Ed 34, 1999.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. As rimas de amor e dor: crimes sexuais e normas de comportamento sexual honesto na Bahia republicana (1890-1940). In:

LIMA, Claudia; REIS, Anderson; DEMÉTRIO, Fran (Org). *Sexualidades e saúde: perspectivas para um cuidado ampliado*. Rio de Janeiro: Bonecker Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900/1950*, Salvador: UFBA. [Dissertação de Mestrado], 1998.

\_\_\_\_\_. *As Razões do Coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889/1950*. Niterói: UFF [Tese de Doutorado], 2010.

SANTANA, Artur Vitor de Araújo. *Homens verticais ao sol: a construção do vaqueiro em Eurico Alves Boaventura (1928-1963)*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

SANTOS, Angelo de Lima Godinho. *Influencia da Prostituição sobre a Sociedade Actual*. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1909.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOARES, Igor Antonio Santiago, *A Jogatina Desenfreada: Trabalho, Lazer e Sociabilidades em Salvador (1890-1920)*. Salvador: UFBA [Dissertação de Mestrado], 2019.

SOARES, Oscar de Macedo. *Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Brasília – 1890*. Brasília: Senado Federal, 2004.

STOCLER, Verena. *Sexo está para Gênero assim como Raça está para Etnicidade?* Estudos Afro-Asiaticos, Rio de Janeiro, n.º. 20, 1991.

WELZER-LONG, Daniel. A Construção do Masculino: Dominação das Mulheres e Homofobia. *Estudos Feministas*, vol. 9, 2ª Sem. Florianópolis: UFSC, 2000.